



Contrato nº. 028/2022

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO
SERVIÇO Nº 028/2022, QUE FAZEM ENTRE
SI O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE
ITABAIANA E A EMPRESA ITNET LTDA.

Pelo presente instrumento de Termo de Contrato de Prestação de Serviços, de um lado o Município de Itabaiana, pessoa jurídica de direito público, representado neste ato pelo Prefeito Municipal o Sr. Adailton Resende Sousa, brasileiro, casado, portador do CPF sob o nº. ***.737.905-**, residente nesta cidade, através do Fundo Municipal de Saúde de Itabaiana, inscrito no CNPJ sob nº 12.219.015/0001-24, localizada à Av. Vereador Olímpio Grande, nº 133, Bairro Porto, nesta cidade de Itabaiana/SE, neste ato representado pelo(a) seu(ua) Secretário(a) Municipal da Saúde, o(a) Sr(a). José Suelton Luiz Costa dos Santos, brasileiro(a), portador(a) do CPF sob o nº. ***.715.655-**, residente nesta cidade, doravante denominada CONTRATANTE, e, do outro lado, e, do outro lado, a empresa **Itnet Ltda**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **04.690.098/0001-07** com sede à Avenida Ivo de Carvalho, nº 350, na Cidade de Itabaiana, Estado de Sergipe, neste ato representada pelo(a) seu(ua) Sócio(a) Administrador(a), o(a) Sr(a) Jamyson Machado Gois, portador(a) da Cédula de Identidade n.º 988028 2ª Via SSP/SE e inscrito(a) no CPF sob o nº. ***.487.685-**, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº 015/2022 e em observância às disposições da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, do Decreto Municipal nº 004, de 02 de janeiro de 2006 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico/Presencial nº 015/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente contrato é a contratação e prestação de Serviços de Comunicação Multimídia – SCM (banda larga) internet banda larga, a serem providos através de meio físico terrestre, utilizando cabo com condutor metálico e/ou fibra ótica, com instalação, comodato de aparelhos, suporte e configuração, para atendimento às necessidades de comunicação dos Órgãos Municipais vinculados ao Fundo Municipal de Itabaiana, Estado de Sergipe, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.3. Discriminação do objeto:

Item	Descrição dos Serviços	Unidade de Medida	FMS (p/ Pontos)			Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual
			Efetivo	Extra	Total FMS			
1	Serviços de Internet banda larga via fibra óptica, com velocidades de, no mínimo, 100Mbps de download e 1Mbps de upload, para os órgãos e unidades vinculadas públicas municipais localizadas na zona rural/povoados. Incluso Instalação e configuração com fornecimento de equipamento em comodato (Modem, roteadores – mínimo Gigalan, AC1200, ONU –, etc.)	Serviço Mensal	19		19	R\$ 100,00	R\$ 1.900,00	R\$ 22.800,00



Item	Descrição dos Serviços	Unidade de Medida	FMS (p/ Pontos)			Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual
			Efetivo	Extra	Total FMS			
3	Serviços de Internet banda larga via cabo, com velocidades de, no mínimo, 30Mbps de download e 1Mbps de upload, para os órgãos e unidades vinculadas públicas municipais localizadas na zona urbana. Incluso Instalação e configuração com fornecimento de equipamento em comodato (Modem, roteadores – mínimo Gigalan, AC1200, ONU –, etc.)	Mensal		5	5	R\$ 53,00	R\$ 265,00	R\$ 3.180,00
4	Serviços de Internet banda larga via fibra óptica, com velocidades de, no mínimo, 50Mbps de download e 1Mbps de upload, para os órgãos e unidades vinculadas públicas municipais localizadas na zona urbana. Incluso Instalação e configuração com fornecimento de equipamento em comodato (Modem, roteadores – mínimo Gigalan, AC1200, ONU –, etc.)	Mensal		4	4	R\$ 86,00	R\$ 344,00	R\$ 4.128,00
5	Serviços de Internet banda larga via fibra óptica, com velocidades de, no mínimo, 100Mbps de download e 1Mbps de upload, para os órgãos e unidades vinculadas públicas municipais localizadas na zona urbana. Incluso Instalação e configuração com fornecimento de equipamento em comodato (Modem, roteadores – mínimo Gigalan, AC1200, ONU –, etc.)	Mensal	15	6	21	R\$ 120,00	R\$ 2.520,00	R\$ 30.240,00
6	Serviços de Internet banda larga via fibra óptica, com velocidades de, no mínimo, 250Mbps de download e 1Mbps de upload, para os órgãos e unidades vinculadas públicas municipais localizadas na zona urbana. Incluso Instalação e configuração com fornecimento de equipamento em comodato (Modem, roteadores – mínimo Gigalan, AC1200, ONU –, etc.)	Mensal	1	4	5	R\$ 200,00	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00
7	Serviços de Internet banda larga via fibra óptica, com velocidades de, no mínimo, 500Mbps de download e 1Mbps de upload, para os órgãos e unidades vinculadas públicas municipais localizadas na zona urbana. Incluso Instalação e configuração com fornecimento de equipamento em comodato (Modem, roteadores – mínimo Gigalan, AC1200, ONU –, etc.)	Mensal	1	1	2	R\$ 380,00	R\$ 760,00	R\$ 9.120,00
8	Serviços de Internet banda larga via fibra óptica, com velocidades de, no mínimo, 1 Gigabit de download e 1Mbps de upload, para os órgãos e unidades vinculadas públicas municipais localizadas na zona urbana. Incluso Instalação e configuração com fornecimento de equipamento em comodato (Modem, roteadores – mínimo Gigalan, AC1200, ONU –, etc.)	Mensal		2	2	R\$ 450,00	R\$ 900,00	R\$ 10.800,00
Valor Total Mensal								R\$ 7.689,00
Valor Total Mensal								R\$ 92.268,00

1.4. Do local da Prestação dos Serviços:

Endereço	Velocidade
Secretaria Municipal de Saúde. (SEDE), localizado à Av. Vereador Olimpin Grande nº. 133 – Bairro Porto	500 MB
CAPS AD I – (Santo Onofre), localizado à Rua Mª Angélica da Conceição, nº. 1589 - Bairro Serrano.	100 MB
CAPS I – (Renato Bispo de Lima), localizado à Rua Antônio Dutra nº 805	100 MB
Unidade Básica de Saúde Maria Jacinta dos Santos, localizado à Povoado Taboca	100 MB
Clinica de Saúde Bom Jardim, localizado à Povoado Bom Jardim	100 MB
Clinica de Saúde Caraibas, localizado à Povoado Caraibas.	100 MB
Clinica de Saúde do Pé do Veado, localizado à Povoado Pé do Veado.	100 MB
Clinica de Saúde Dr. Carlos de Jesus, localizado à Povoado Lagoa do Forno	100 MB
Clinica de Saúde Dr. Edney Freire Caetano, localizado à Povoado Mangabeira	100 MB



Endereço	Velocidade
Clínica de Saúde Dr. Ormiel C. de Oliveira, localizado à Povoado Terra Vermelha	100 MB
Clínica de Saúde Dr. Ormiel C. de Oliveira, localizado à Rua Joãozinho Retratista, nº 40 - bairro São Cristóvão	100 MB
Clínica de Saúde Dr. Pedro Garcia Moreno Filho, localizado à localizado Povoado Cajaíba	100 MB
Clínica de Saúde Drª Maria do Carmo Nascimento Alves, localizado à Povoado Agrovila	100 MB
Clínica de Saúde Edvalda Freire dos Santos, localizado à Povoado Rio das Pedras	100 MB
Clínica de Saúde José Augusto de Menezes, localizado à Povoado Mangueira	100 MB
Clínica de Saúde Josefa Arinda de Oliveira, localizado à bairro Queimadas	100 MB
Clínica de Saúde Manoel Pereira de Andrade, localizado à Av. Felisberto Machado Menezes, s/nº - bairro Sítio Porto.	100 MB
Clínica de Saúde Dep. Djalma Lôbo, localizado à Povoado Matapoã	100 MB
Clínica de Saúde Profª Deuzinha Tavares dos Santos, localizado à Povoado Serra.	100 MB
Clínica de Saúde José Domingos de Jesus, localizado à Povoado São José	100 MB
Clínica de Saúde Severino Vieira Santos, localizado à Povoado Ribeira	100 MB
Unidade de Saúde Pov. Zanguê, localizado à Povoado Zanguê	100 MB
Unidade PSF C. S. Dr. José Souto Diniz, localizado à Avenida Otoniel Dória, nº 492 - bairro Centro	100 MB
Unidade PSF Dr. Lauro Maia, localizado à Rua Percilio Andrade, nº. 1.629 - Bairro Centro	100 MB
Unidade PSF Dr. Luciano Siqueira, localizado à Rua Francisco Bragança, s/n - bairro Bananelra	100 MB
Unidade PSF Mutirão, localizado à Rua Argentina, nº 906 - bairro Mutirão	100 MB
Unidade PSF Vereador Vivaldo Menezes, localizado à Rua Josué Passos, nº 700 - Centro	100 MB
Unidade PSF Vlademir Souza de Carvalho, localizado à Rua São José, s/nº - Miguel Teles	100 MB
Unidade Básica de Saúde Maria Menezes dos Santos, localizado à Rua Projetada s/n - bairro Riacho Doce	100 MB
Centro de Saúde Dra. Wedna Mendes Rodrigues, localizado à Rua Sérgio Souza Ferreira - Dr. José Milton Machado (Coruja)	100 MB
Unidade Básica de Saúde Dr. Luciano Alves dos Santos, localizado à Povoado Terra Dura	100 MB
Unidade Básica de Saúde Antônio Teles de Mendonça, localizado à Povoado Várzea do Gama	100 MB
Centro de Saúde da Família Carrilho, localizado à Povoado Carrilho	100 MB
CTA/CEO - Centro de Testagem e Aconselhamento / Centro de Especialidades Odontológicas	100 MB
Rede materno Infantil, localizado à Rua Josué Passos, nº 700	250 MB
Centro de Fisioterapia, localizado à Rua General José Calazans	100 MB
Pontos Extras: Conforme Termo de Referência, Anexo I ao Processo original.	

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, com início na data da sua assinatura, em conformidade com o Art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, com alterações posteriores.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 92.268,00 (noventa e dois mil, duzentos e sessenta e oito reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Handwritten signature in blue ink.



4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

03.01 Secretaria da Saúde Unidade/Fundo Municipal de Saúde.

10.122.0007.2089 Gestão das Atividades Administrativas da Secretaria da Saúde;

33903900 Outros Serviços de Terceiros – PESSOA JURÍDICA;

Fonte de Recurso: 15001002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde.

10.301.0007.2093 Gestão da Atenção Básica em Saúde;

33903900 Outros Serviços de Terceiros – PESSOA JURÍDICA;

Fonte de Recurso: 15001002 identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde

e **16000000** Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

10.302.0007.2095 Gestão da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

33903900 Outros Serviços de Terceiros – PESSOA JURÍDICA;

Fonte de Recurso: 15001002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde

e **16000000** Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

10.305.0007.2099 Gestão das Ações de Vigilância Epidemiológica;

33903900 Outros Serviços de Terceiros – PESSOA JURÍDICA;

Fonte de Recurso: 15001002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde

e **16000000** Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.5. Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira



pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer onus para a Contratante.

- 5.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 5.8. Constatando-se, situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 5.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 2, de 26 de abril de 2019.
- 5.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuada, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 5.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 5.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.
- 5.13. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 5.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 5.15. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 5.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.



I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

i = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. Em ocorrendo fato superveniente extraordinário e irresistível e imprevisto que altere o equilíbrio da equação econômico-financeira original deste Contrato, as partes renegociarão as suas condições para que se retorne à equação comutativa originária, utilizando-se, para tanto, as provas apresentadas pela contratada e o Demonstrativo de Formação de Preços apresentado para fins de contratação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO PELOS SERVIÇOS EXECUTADOS

8.1. Os Serviços objeto do contrato a ser firmado serão recebidos pela contratante consoante o disposto no artigo 73 da Lei Federal n. 8.666/93 e demais normas pertinentes.

9. CLAÚSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. A Fiscalização da execução dos serviços caberá à CONTRATANTE, através de seus representantes legais.

9.2. A Fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à quantidade e particularmente à qualidade dos serviços executados.

9.3. A contratante fiscalizará obrigatoriamente a execução do contrato, a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observadas as especificações e demais requisitos nele previstos, reservando-se o direito de rejeitá-los no todo ou em parte os que não forem considerados satisfatórios e determinar a contratada a correção de irregularidades.

9.4. A fiscalização por parte da Contratante não eximirá a Contratada das responsabilidades previstas no Código Civil e no Código do Consumidor dos danos que causar à mesma ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus funcionários, na execução dos serviços.

9.5. À Contratante reservar-se-á o direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução dos serviços contratados, mediante pagamento único e exclusivo daqueles já executados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. Obrigações da Contratante

10.1.1. Assegurar, às pessoas credenciadas pela contratada, livre acesso as suas instalações, na extensão necessária para a execução do objeto contratual.

10.1.2. Fornecer os dados técnicos e esclarecimentos solicitados pela contratada, em tempo hábil, de forma a não comprometer a execução do objeto contratual.

- 10.1.3. Manter quantidade suficiente dos materiais objeto deste projeto, para permitir a correta execução deste termo contratual.
- 10.1.4. Comunicar imediatamente, por escrito ou por telefone, à contratada qualquer deficiência ou falha encontrada na execução do contrato.
- 10.1.5. Designar profissional com perfil técnico da área para acompanhar a retirada e a devolução dos materiais durante o processo de execução dos serviços.
- 10.1.6. Honrar com o compromisso financeiro previsto no contrato, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências consignadas no presente instrumento contratual.

10.2. Obrigações da Contratada

- 10.2.1. A contratada deverá executar os serviços descritos no presente Projeto e outros que, porventura, venham a ser fazer necessário durante o decorrer do período.
- 10.2.2. A Contratada deverá, se assim exigido, manter à disposição no local da prestação dos serviços, o responsável pela empresa.
- 10.2.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Secretaria ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.
- 10.2.4. Responsabilizar-se pela obtenção de Alvarás, Licenças ou quaisquer outros Termos de Autorização que se façam necessários à execução do Contrato.
- 10.2.5. Executar fielmente o objeto contratado e o prazo estipulado.
- 10.2.6. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, durante o prazo de vigência da garantia dada, estipulada na proposta da Contratada.
- 10.2.7. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração ou delito, seja qual for, quando praticado por empregado seu e relacionado à execução do serviço prestado à Secretaria, sobretudo quando envolver o nome e ou a imagem deste ou de qualquer de seus servidores ou autoridades usuárias.
- 10.2.8. Manter, durante toda a execução do contrato, as exigências de habilitação ou condições determinadas no procedimento da licitação que deu origem ao presente Contrato, sob pena de sua rescisão e aplicação das penalidades ora previstas.
- 10.2.9. É expressamente vedada a subcontratação para consecução do objeto contratual em quaisquer percentuais.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
 - 11.1.1. inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 11.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 11.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - 11.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
 - 11.1.5. cometer fraude fiscal;
- 11.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à



CONTRATADA as seguintes sanções:

- 11.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 11.2.2. Multa de 0,5% ao dia, aplicada sobre o valor dos produtos faltantes, no caso de atraso na entrega;
- 11.2.3. Multa de 10%, aplicada sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total ou rescisão por culpa da contratada;
- 11.2.4. Multa de 10%, aplicada sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada em retirar a Nota de Empenho;
- 11.2.5. Multa de 0,5% ao dia, aplicada sobre o valor do contrato, por descumprimento de outras obrigações previstas neste edital e seus anexos.
- 11.2.6. A multa será aplicada até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, e poderá ser descontada dos pagamentos devidos pelo Fundo Municipal de Saúde de Itabaiana, ou cobrada diretamente da empresa, amigável ou judicialmente;
 - 11.2.6.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
 - 11.2.6.2. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - 11.2.6.3. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até cinco anos;
- 11.2.7. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Termo de Referência.
 - 11.2.7.1. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
 - 11.2.7.2. As sanções previstas nos subitens 16.2.1 a 16.2.9 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 11.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
 - 11.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 11.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 11.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 11.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 11.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a

- serem pagos, ou recolhidos em conta específica em favor da Contratante, ou cobrados judicialmente.
- 11.5.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.6.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Administração poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 11.7.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 11.8.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 11.9.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 11.10.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 11.11.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas na Imprensa Oficial da União, Estado e Município, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado do Cadastro de Fornecedores, por igual período sem prejuízo das multas previstas neste documento e nas demais cominações legais.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

- 12.1.** O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:
- 12.1.1.** por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;
- 12.1.2.** amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.2.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 12.3.** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.4.** O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
- 12.4.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

- 13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.
- 13.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020.
- 13.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 13.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3. Às supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

- 15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

- 16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município de Itabaiana/SE, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

- 17.1. É eleito o Foro da cidade de Itabaiana, Estado de Sergipe, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.



Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contratantes.

Itabaiana/SE, 01 de julho de 2022

José Suelton Luiz Costa dos Santos
Secretário Municipal de Saúde
Contratante

Jamyson Machado Gois
Jamyson Machado Gois
Imot Ltda
Contratada

Testemunhas:

:- _____

CPF nº _____

Vanessa Ribeiro Santos

CPF nº. 068.740.255-70